Sumário

Prefácio 9

1

Introdução, 15

2

Retrospectiva histórica dos principais aspectos dos embargos infringentes, 19

2.1. Acórdão não-unânime 20
2.2. Cabimento dos embargos infringentes apenas contra determinadas espécies de acórdãos 21
2.3. Ausência de dupla conformidade entre a decisão de 1º e a de 2º grau 24

3

Terminologia "embargos infringentes", 29

4

Cabimento de embargos infringentes contra acórdãos de apelação e de ação rescisória após a modificação do art. 530 do CPC pela lei 10.352/2001, 35

4.1. Interpretação do art. 530 do CPC antes da Lei 10.352/2001 36

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2. Novos requisitos instituídos pela Lei 10.352/2001 quanto ao cabimento dos embargos infringentes 38
4.2.1. Introdução ao tema – a reforma processual 38
4.2.2. O requisito da ausência da dupla conformidade 41
4.2.3. Desnecessidade de que o voto divergente seja no mesmo sentido da sentença de mérito 44
4.2.4. Necessidade de que o acórdão reforme a sentença de mérito 47
4.2.5. Acórdão de apelação não-unânime que anula sentença de mérito 50
4.2.6. Acórdão não-unânime que julga o mérito da ação com fundamento no art. 515, § 3º, do CPC 63
4.2.7. Instituição de critério semelhante ao da ausência de dupla conformidade para o cabimento de embargos infringentes contra acórdãos de ação rescisória 80
4.2.7.1. Interpretação do art. 530 do CPC antes da Lei 10.352/2001 80
4.2.7.2. A alteração do art. 530 do CPC instituída pela Lei 10.352/2001 quanto ao cabimento de embargos infringentes contra acórdãos de ação rescisória 81
4.2.7.3. O mérito da ação rescisória (*iudicium rescindens* e o *iudicium rescissorium*) 84
4.2.7.4. Exame das hipóteses de acórdãos de ação rescisória a ensejar ou não o cabimento de embargos infringentes 89

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5

ANÁLISE DO CABIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA OUTRAS ESPÉCIES DE ACÓRDÃOS, 99

5.1. Acórdãos de agravo interno que julgam o mérito em apelação ou procedente a ação rescisória 100
5.2. Acórdãos de embargos de declaração 106
5.3. Acórdãos de agravo de instrumento e de agravo retido 108
5.3.1. O regime vigente anteriormente à Lei 10.352/2001 108
5.3.2. O regime vigente após a Lei 10.352/2001 113
5.4. Acórdãos em sede de processos de execução e incidentes a estes 117
5.4.1. Execução de título extrajudicial, execução fiscal e execução movida contra a Fazenda Pública .. 117
5.4.1.1. Os embargos do devedor e outras ações de conhecimento decorrentes de execuções de título extrajudicial, execuções fiscais e execuções movidas contra a Fazenda Pública 118
5.4.2. Descabimento de embargos infringentes em "cumprimento de sentença" (Lei 11.232/2005) 120
5.5. Acórdãos de processos cautelares 123
5.6. Acórdãos de mandado de segurança 128
5.6.1. O regime vigente anteriormente à Lei 10.352/2001 128
5.6.2. O regime vigente após a Lei 10.352/2001 139
5.7. Acórdãos de remessa obrigatória 143
5.7.1. Posições doutrinárias 143
5.7.2. A jurisprudência pátria 151

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.7.3. Exame de possíveis casos concretos segundo a nova redação do art. 530 do CPC 155
5.8. Acórdãos de processo falimentar, de recuperação judicial e extrajudicial, e incidentes a estes 158
5.8.1. O regime vigente anteriormente à Lei 10.352/2001 158
5.8.2. O regime vigente após a Lei 10.352/2001 160
5.9. Acórdãos que decidem o mérito em demandas em que há cumulação de pedidos autônomos e independentes 164
5.10. Acórdãos de apelação não-unânime nos quais a divergência incide sobre o capítulo dos honorários advocatícios 170

6

O CABIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES ADESIVOS, 173

7

CONCLUSÕES, 181

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 193

9

BIBLIOGRAFIA, 195

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br